



Número: **0807410-63.2018.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **10/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS ANTONIO DA COSTA (AUTOR)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16486783	10/09/2018 23:12	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
16486803	10/09/2018 23:12	<a href="#">Doc. Médica</a>	Outros Documentos
16486819	10/09/2018 23:12	<a href="#">BO e Negativa Administrativa</a>	Outros Documentos
16486822	10/09/2018 23:12	<a href="#">Doc. Pessoais e Comp. de Residência</a>	Documento de Identificação
16486825	10/09/2018 23:12	<a href="#">Procuração e Declaração</a>	Procuração
16486829	10/09/2018 23:12	<a href="#">Petição Inicial</a>	Outros Documentos
17280734	22/10/2018 00:33	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
21259831	30/05/2019 14:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
21628634	31/05/2019 12:18	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
21628641	31/05/2019 12:19	<a href="#">Carta</a>	Carta
21995473	13/06/2019 15:01	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
21995479	13/06/2019 15:01	<a href="#">0807410-63</a>	Aviso de Recebimento
25703983	05/11/2019 16:29	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
25944114	05/11/2019 18:04	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
27456358	14/01/2020 23:48	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

Petição Inicial em anexo.





## CERTIDÃO

Nº. 1535/2016

Atendendo solicitação de **CARLOS ANTONIO DA COSTA** e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Buritry, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 871430 e prontuário nº 2016.07.002094 pertencentes ao mesmo que foi atendido dia 25/07/2016 às 09h28min, vítima de acidente de carro, apresentando trauma em punho esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de radio distal esquerdo. Realizado cirurgia dia 02/08/2016 e alta médica dia 03/08/2016.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 17 de Outubro de 2016

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 2959





## RELATÓRIO DE CIRURGIA

<b>Nome:</b>				<b>Registro:</b>						
<b>Idade:</b>	<b>Sexo:</b>	<b>Cor:</b>	<b>Clinica:</b>	<b>EMP:</b>			<b>LR:</b>			
<b>Data:</b>		<b>Cirurgião:</b>		<b>1º Assistente:</b>						
<b>2º Assistente:</b>		<b>3º Assistente:</b>		<b>Instrumentador:</b>						
<b>Anestesista:</b>		<b>Tipo Anestesia:</b>		<b>Horário:</b>			<b>I:</b>	<b>T:</b>		
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO							CID			
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO							CID			
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)							CÓDIGO			
Acidente durante Ato Cirúrgico				1 ( ) Sim 2 ( <del>x</del> ) Não		Descreva:				
Biópsia de Congelação:				1 ( ) Sim 2 ( <del>r</del> ) Não						
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:										



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
<b>Posição e Preparo:</b>	
	1) Recente em DDH
	2) Anestesia e antissepsia
	3) Aposição de campos estéreis
<b>Incisão:</b>	
	pós heuro
<b>Achados:</b>	
<b>Conduta:</b>	
	4) Redução manual da e fixação percutânea com elos fixos de K n° 2,5 sob radioscopia
	5) Limpeza
	6) Curativos
	7) Radiografia de controle
	8) Imobilização
<b>Fechamento:</b>	
<b>OBS:</b>	

Data: 02 / 08 / 16

Dr. Daniel Brága Cavalcante  
MÉDICO







### CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: CARLOS ANTONIO  
DA COSTA

DATA DO ATENDIMENTO: 03/08/16

☐ Nº PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_ ☐ FICHA: \_\_\_\_\_

MÉDICO (CARIMBO): Dr. OSMINDO

DIAGNÓSTICO: Excm Nódulo 5/5mm

PROCEDIMENTO: Exame

REFP

SEMPRE QUE RETORNAR AO HOSPITAL É  
NECESSÁRIO APRESENTAR ESTE CARTÃO.






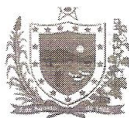
**RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS**

NOME: Carla Felice de Costa

Para ser substituído  
a todos os exames de  
fórmula 3 de 20/09/16  
(03/8/16) para mobilização  
e de 20/09/16 para  
for. para a. de 20/09/16  
do material de for.  
for. para a. de 20/09/16

  
Dr. Osmin José Vieira Lopes  
Ortopedia e Traumatologia  
TRCT 8403 - CRM 4309  
Cirurgia da Mão e Amputação  
Assinatura e Carimbo  
26.09.16.





GOVERNO  
DA PARAÍBA



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

**CERTIFICO QUE EM RAZÃO DO MEU OFÍCIO E A REQUERIMENTO VERBAL DE PESSOA INTERESSADA, O REGISTRO DE OCORRÊNCIA Nº 2493/2016, CUJO TEOR PASSAO A TRANSCREVER NA INTEGRA ADIANTE SE SEGUE.** Aos VINTE E OITO dias de NOVEMBRO de DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de SANTA RITA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, presente (a) Dr(a). **MARIA RODRIGUES PEREIRA DE VASCONCELOS**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 10h:30min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

CARLOS ANTONIO DA COSTA, conhecido por MUSSUM, Identidade nº 646.145-SSP/PB, CPF nº 442.112.874.00, nacionalidade brasileira, estado civil: casado, profissão: balconista, filho(a) de Domingos Sabino Da Costa E De Rita Sabino Da Costa, natural de Santa Rita/PB, nascido(a) em 12/07/1958 (58 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Jornal Da Paraíba, 13, Marcos Moura, Santa Rita - PB, tendo como ponto de referência: Igreja Evangelica/Multibank, na cidade de SANTA RITA - PB, fone(s) para contato: (83) 98766.7768.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) DATA DO FATO: 25 de julho de 2016;
- 3) HORÁRIO: 06h:45min;
- 4) LOCAL: Rua Jornal da Paraíba, Marcos Moura, Santa Rita - PB;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: HOSPITAL COMPLEXO HOSPITALAR MANGABERIA - GOVERNADOR TARCÍSIO BURYTI;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO, UM VEÍCULO DE MARCA VW/GOL 1.0, COR CINZA, ANO 2005 E MODELO 2006, PLACAS MOR4199-PB, CHASSI Nº 9BWCA05W06T000598, CUJO DOCUMENTO SE ENCONTRA EM NOME DA SENHORA: VERA LÚCIA FILGUEIRA DA COSTA, QUE ESTAVA CONDUZINDO O VEÍCULO ACIMA MENCIONADO;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? NÃO;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VITIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? SIM

**6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:**

PERDEU O CONTROLE DO VEÍCULO

**7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:**

VERA LUCIA FILGUEIRA DA COSTA

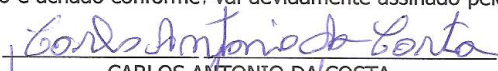
**8) BREVE RESUMO DO FATO:**

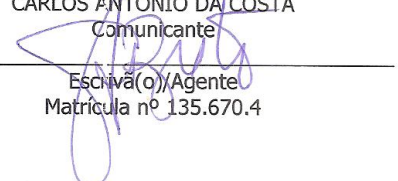
QUE, afirma o notificante que no dia e hora acima mencionado, estava retornando de uma viagem com sua esposa VERA LUCIA FILGUEIRA DA COSTA, que conduzia o veículo VW/GOL, PLACAS MOR4199-PB, e, quando chegaram na rua onde moram lá próximo existe uma vaquejada, e, daí um cavalo atravessou na frente do veículo, tendo colidido sua esposa tentando evitar, porém veio a colidir com o animal, causando com o impacto uma trauma de punho esquerdo, ou seja, fratura de rádio distal esquerdo, tendo sido submetido a uma intervenção cirúrgica no dia 02/08/2016, tendo recebido alta médica no dia 03/08/2016, conforme Certidão nº 1535/2016.

**9) OBSERVAÇÕES:**

ESTE BOLETIM TEM VALIDADE DE TRINTA DIAS E NESSE PRAZO DEVERÁ O COMUNICANTE PROVIDENCIAR A SEGUNDA VIA DO(S) DOCUMENTO(S) PERDIDO(S)/EXTRAVIADO(S).

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

  
CARLOS ANTONIO DA COSTA  
Comunicante

  
Escrivã(o)/Agente  
Matrícula nº 135.670.4





Gratuito e seguro

#### PAGUE SEGURO

Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados  
Informações Gerais

#### ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

### SINISTRO 3160738665 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** CARLOS ANTONIO DA COSTA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE SEGURADORA S/A






**BENEFICIÁRIO** CARLOS ANTONIO DA COSTA

**CPF/CNPJ:** 44211287400

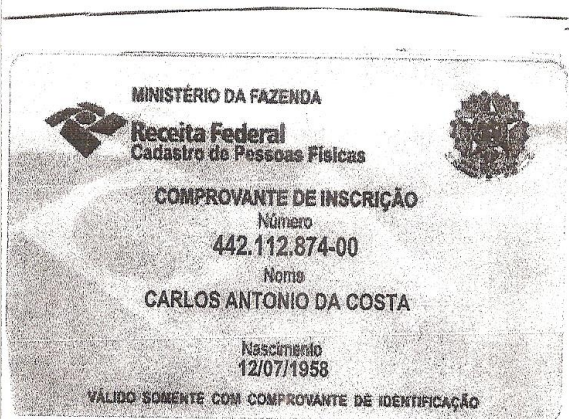
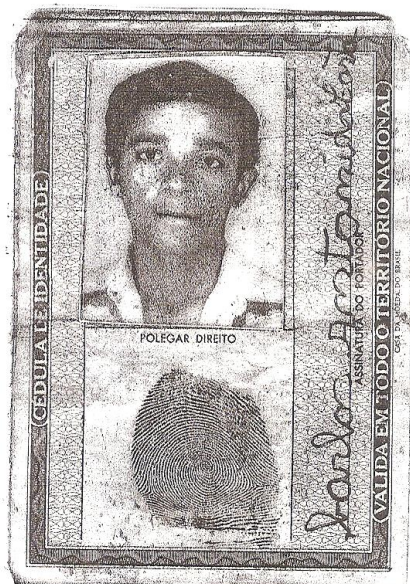
#### Posição em 10-09-2018 22:12:45

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

#### Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
30/08/2017	Negativa por ausência de comprovação documental	
04/03/2017	Exigência Documental	
14/01/2017	Exigência Documental	
21/12/2016	Exigência Documental	
21/12/2016	Aviso de Sinistro	







JOSE GOMES CAVALCANTI  
RUA ANTONIETA SATIRO, 22 - JOSE AMERICO  
JOAO PESSOA / PB CEP: 58074-898 (AG: 1)

Emissão: 15/03/2018 Referência: Mar/2018  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFÁSICO B-230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
Roteiro: 8 - 5 - 408 - 2270 Nº medidor: 00009672882



ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 03.085.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 003.565.847  
Cód. para Deb. Automático: 00008037640

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mar/2018	15/03/2018	16/04/2018	9563997468

UC (Unidade Consumidora): 5/803764-0

#### Canal de contato

- Furto de energia é a maior roubada. Pode provocar acidentes graves, além de ser crime e dar cadeia. E ainda prejudica até quem não faz: o furo prejudica a qualidade do fornecimento, pode causar queda de energia, queima de eletrodomésticos e até incêndios.  
- Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Governo Federal

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
14/02/18	1011	15/03/18	1334	1	323	29

#### Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/	Valor Base Calc.	Alig.	ICMS(R\$)	Base Calc. Pro(R\$)	Cotins(R\$)		
		Tributos Total(R\$)		ICMS(R\$)	ICMS	Pro(Cotins(R\$))	(0,6777%)	(0,1214%)		
0801	Consumo em kWh	323,00	0,714720	230,85	230,85	27	62,32	230,85	1,56	7,20
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIB SERV.ILUM PÚBLICA			11,54	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 02/2018			1,32	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 02/2018			5,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 02/2018			0,04	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL 249,05 230,85 62,32 230,85 1,56 7,20

Média últimos meses (kWh) 95 **VENCIMENTO 22/03/2018** **TOTAL A PAGAR R\$ 249,05**

#### Histórico de Consumo (kWh)

2 | 6 | 30 | 9 | 9 | 30 | 45 | 221 | 388 | 957  
Mar/17 Abr/17 Mai/17 Jun/17 Jul/17 Ago/17 Set/17 Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18

#### RESERVADO AO FISCO

3198.8b71.7593.d584.cc24.38ae.df8f.0a52.

#### Indicadores de Qualidade 1/2018 - Cristo

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,07	2,58	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	10,15		
DIC ANUAL	20,30		
FIC MENSAL	3,80	1,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL	6,80		
FIC ANUAL	13,20		
DMIC	2,88	2,58	
DICRI	12,22		

#### Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Distribuição de Energia PB	62,32	25,03
Compra de Energia	168,53	67,68
Serviço de Transmissão	16,04	6,44
Encargos Setoriais	89,28	35,85
Impostos Diretos e Encargos	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	249,05	100,00

Valor do EUSD (Ref. 1/2018) R\$ 102,84

#### ATENÇÃO

- Leitura confirmada

#### Faturas em atraso

## PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

**OUTORGANTE:** CARLOS ANTONIO DA COSTA, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG n.º 646.145 SSP/PB e do CPF n.º 442.112.874-00, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Antonieta Sátiro, n.º 22, Jose Américo, João Pessoa/PB, CEP: 58074-699.

**OUTORGADOS:** Bel. GERSON LUCIANO SANTOS NETTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 24614, CPF n.º 091.192.334-93, e-mail: com escritório profissional na Rua Professora Corina Maria Rabelo, n.º 280, José Américo, João Pessoa, Estado da Paraíba.

**PODERES:** Por este instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium* et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, até final decisão, inclusive cumprimento de sentença, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, receber alvará junto à Serventia Judicial expedido em seu nome, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

**CLAUSULA CONTRATUAL:** Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos na base de **30% (trinta por cento)** sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente instrumento.

João Pessoa/PB, 30 de Agosto de 2018.

Outorgante: Carlos Antonio da Costa.

Isento de reconhecimento de firma, face a Lei n.º 8.952, de 13/12/1994, que nova redação ao art. 38 do CPC.





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**CARLOS ANTONIO DA COSTA**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG n.º 646.145 SSP/PB e do CPF n.º 442.112.874-00, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Antonieta Sátiro, nº 22, Jose Américo, João Pessoa/PB, CEP: 58074-699..

. **DECLARA**, para os devidos fins de Direito, e a que se fizerem necessário especialmente para fazer prova Junto a **VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA**, nos termos da Lei n. 7.510, de 04 de julho de 1986, objetivando obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, não dispondo de meios para prover as custas do processo da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**. Declara ainda ser conhecedor das sanções administrativas e Criminais, caso o presente não retrate a verdade. Nada mais a constar, assino o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa/PB, 30 de Agosto de 2018.

Declarante:

*Carlos Antonio da Costa*





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB.**

**CARLOS ANTONIO DA COSTA**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG de nº 646.145, e CPF de nº 442.112.874-00, residente e domiciliado na Rua Antonieta Sátiro, nº 22, no bairro José Américo na cidade de João Pessoa/ PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor o presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.**

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.201, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

**PRELIMINARMENTE**

**DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.





## INTROITO

### DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

### DOS FATOS

No dia **26 de Julho de 2016**, o requerente estava retornando de uma viagem com sua esposa, que conduzia o veículo VW/GOL, placas MOR4199/PB, e quando chegaram na rua onde moram lá próximo existe uma vaquejada, quando um cavalo atravessou na frente do veículo, tendo colidido sua esposa tentando evitar, porém veio a colidir com o animal, causando lesões graves ao autor como: **FRATURA DA RÁDIO DISTAL ESQUERDO, ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIA, ONDE HOVE O COMPROMETIMENTO DO MEMBRO**, sendo socorrida e encaminhado para um dos Hospitais de Campina Grande/PB, que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência da Polícia, Ficha de Internação e Cirurgia de, todos em anexos.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial, determinado por este julgador**.

### DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA

O pagamento da indenização do seguro obrigatório está sujeito à comprovação das condições previstas no artigo 5º da Lei nº 6194/74. Destarte, revela-se impertinente a exigência da seguradora quanto à apresentação de outros documentos não previstos no citado dispositivo, como se verifica foi apresentado Boletim Policial para comprovação do acidente, não havendo necessidade de qualquer outra documentação declaratória para comprovação de tal fato.





Acontece que a documentação exigida que é o ato declaratório, documento esse que já foi enviado, e conforme os documentos protocolados a esse processo, onde corrobora o nexo causal entre as lesões e o acidente, não havendo necessidade de nova documentação, o qual não se faz necessário nas exigências legais estabelecidas pelo Lei 6.194/74.

Dessa forma a seguradora vem descumprindo o artigo 5º da lei 6.194/74 que preconiza: " O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente", no caso foi provado o acidente e os danos decorrentes do mesmo, não sendo necessário nenhuma documentação complementar para devido recebimento da indenização DPVAT.

Atendendo solicitação de **CARLOS ANTONIO DA COSTA** e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcsio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 871430 e prontuário nº 2016.07.002094 pertencentes ao mesmo que foi atendido dia 25/07/2016 às 09h28min, vítima de acidente de carro, apresentando trauma em punho esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de radio distal esquerdo. Realizado cirurgia dia 02/08/2016 e alta médica dia 03/08/2016.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

Devido a tal fato o processo administrativo foi cancelado, mesmo apresentando toda a documentação necessária, não restando outro meio a não ser o judicial, para recebimento da indenização que lhe é devida

## DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74 estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**Art. 3º** - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

**I** - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II** - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;







III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente,** independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

***“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...***

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

***“registro da ocorrência no órgão policial competente”.***

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo **Artigo 373, I do Novo Código de Processo Civil**, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II do Novo CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**





Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

## DO PEDIDO

**Ex positis**, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

**a) A concessão da justiça gratuita**, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

**b)** Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de **citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR)**, nos termos dos Arts. 246, inciso I e 247, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

**c)** Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

**d) -** Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, **reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data do sinistro;

**e)** A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios de acordo com o art. 85, § 2º do CPC e nas eventualidades em que o valor econômico for irrisório, seja aplicado o art. 85 § 8º do CPC;

**f)** Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;





**h) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do DR. INÁCIO BRUNO SARMENTO, OAB/PB – 21.472, sob pena de nulidade,** conforme preceitua o art. 272, § 2º do CPC;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), **apenas** para fins de alçada.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande, 10 de Setembro de 2018.

**GERSON LUCIANO SANTOS NETTO**  
**OAB/PB 24.614**





### **QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE**

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:\_\_\_\_\_.

- 1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.
- 2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (     ), de que forma?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.







3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4) EXISTEM \_\_\_\_\_ SEQUELAS \_\_\_\_\_ RESIDUAIS?:

\_\_\_\_\_

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, \_\_\_\_\_ GRAVE?:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura – carimbo – CRM)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

**PROCESSO NÚMERO - 0807410-63.2018.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: CARLOS ANTONIO DA COSTA**

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

Advogado do(a) RÉU:

**DESPACHO**

Vistos.

Compulsando os autos, observa-se que o acidente se deu na cidade de Santa Rita/PB, ao passo que o Boletim de ocorrência de ID 16486819, atestou que o promovente morava na cidade retro.

Como comprovante de residência, foi juntada cópia de fatura de consumo de energia (ID ) em nome de um terceiro (José Gomes Cavalcante).

Desta feita, com o propósito de dirimir eventual incompetência desta juízo, intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, emendar a inicial, acostando aos autos comprovante de residência em seu nome.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0807410-63.2018.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR:** CARLOS ANTONIO DA COSTA

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

---

**DESPACHO**

Vistos.

Nos termos do art. 485, §1º, do CPC, determino a intimação pessoal da parte autora (por carta) e de seu advogado para, em 5 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0807410-63.2018.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR:** CARLOS ANTONIO DA COSTA

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

---

**DESPACHO**

Vistos.

Nos termos do art. 485, §1º, do CPC, determino a intimação pessoal da parte autora (por carta) e de seu advogado para, em 5 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**



---

**Nº DO PROCESSO: 0807410-63.2018.8.15.2003**

**DESTINATÁRIO:**

**Nome: CARLOS ANTONIO DA COSTA**

**Endereço: R ANTONIETA SÁTIRO, 22, JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, JOÃO PESSOA  
- PB - CEP: 58074-699**

**.....dobre aqui**

**REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333; e-mail: jpa.1varamangabeira@tjpb.jus.br



.....dobre aqui

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: CARLOS ANTONIO DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

### **CARTA DE INTIMAÇÃO AUTOR(A)**

Por meio da presente carta, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, fica Vossa Senhoria INTIMADA para, nos termos do art. 485, § 1º, do CPC, em 05 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

João Pessoa, 31 de maio de 2019.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA  
Técnico Judiciário



AR, em anexo.



Cole aqui	 <b>SIGEP</b>		<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b>	<b>CONTRATO 9912283594</b>
	<b>DESTINATÁRIO:</b> CARLOS ANTONIO DA COSTA Rua Antonieta Sátiro, 22 José Américo de Almeida 58074699 João Pessoa-PB		<b>TENTATIVAS DE ENTREGA:</b> 1º ____/____/____ : ____h 2º ____/____/____ : ____h 3º ____/____/____ : ____h	
	BI860950530BR 		<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:</b> 1 Mudou-se                      5 Recusado 2 Endereço Insuficiente      6 Não Procurado 3 Não Existe o Número        7 Ausente X Desconhecido                8 Falecido 9 Outros <u>IN</u>	
	<b>REMETENTE:</b> 1ª VARA CÍVEL REGIONAL DE MANGABEIRA <b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:</b> Avenida Hilton Souto Maior, SN FORUM MANGABEIRA Mangabeira 58055018 João Pessoa-PB		<div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 10px; text-align: center;">           CARIMBO            UNIDADE DE ENTREGA  <b>07 JUN 2019</b>            JOÃO PESSOA/PB         </div>	
OBSERVAÇÃO      PROC. 0807410-63 2018.815.2003		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;">           Joelby Costa da Silva            Matr. 4.478.524-1            Agente de Correios         </div>		
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DE ENTREGA 03/06/19		



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA**  
**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0807410-63.2018.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: CARLOS ANTONIO DA COSTA**

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

**SENTENÇA**

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – Processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias - Falta de demonstração de interesse no prosseguimento do feito – Aplicação do art. 485, III, do CPC - Extinção do feito sem resolução de mérito.

“Quando o autor abandona a causa por mais de trinta dias, por não praticar os atos que lhe competir, é de se extinguir o feito, sem resolução do mérito, nos termos do inciso III, do Art. 485, do CPC.”.

Vistos, etc.

CARLOS ANTONIO DA COSTA, devidamente qualificada nos autos, ingressou em Juízo com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT, igualmente qualificado.

Juntou documentos.

O processo teve seu trâmite normal.

Apesar de intimada a parte autora, pessoalmente (AR no ID 21995479), bem como por seu advogado para, em 05 (cinco) dias, dar prosseguimento ao feito, permaneceu inerte, como certificado no ID 21995479.

É o relatório do necessário. DECIDO.





Deixando a requerente de cumprir ato que lhe competia, abandonando a causa por mais de trinta dias, é de se extinguir o feito, mormente quando teria obrigação de atualizar seus dados junto ao feito, para que pudesse ser intimada pessoalmente, o que não ocorreu.

Por conseguinte, e tendo em vista o que mais dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, com arrimo no art. 485, III do CPC.

Transitada em julgado e cumpridas as formalidades legais, archive-se com a devida baixa.

P.I.R.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA**  
**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0807410-63.2018.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: CARLOS ANTONIO DA COSTA**

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

**SENTENÇA**

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – Processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias - Falta de demonstração de interesse no prosseguimento do feito – Aplicação do art. 485, III, do CPC - Extinção do feito sem resolução de mérito.

“Quando o autor abandona a causa por mais de trinta dias, por não praticar os atos que lhe competir, é de se extinguir o feito, sem resolução do mérito, nos termos do inciso III, do Art. 485, do CPC.”.

Vistos, etc.

CARLOS ANTONIO DA COSTA, devidamente qualificada nos autos, ingressou em Juízo com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT, igualmente qualificado.

Juntou documentos.

O processo teve seu trâmite normal.

Apesar de intimada a parte autora, pessoalmente (AR no ID 21995479), bem como por seu advogado para, em 05 (cinco) dias, dar prosseguimento ao feito, permaneceu inerte, como certificado no ID 21995479.

É o relatório do necessário. DECIDO.



Deixando a requerente de cumprir ato que lhe competia, abandonando a causa por mais de trinta dias, é de se extinguir o feito, mormente quando teria obrigação de atualizar seus dados junto ao feito, para que pudesse ser intimada pessoalmente, o que não ocorreu.

Por conseguinte, e tendo em vista o que mais dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, com arrimo no art. 485, III do CPC.

Transitada em julgado e cumpridas as formalidades legais, archive-se com a devida baixa.

P.I.R.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA**  
**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0807410-63.2018.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: CARLOS ANTONIO DA COSTA**

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

**SENTENÇA**

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – Processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias - Falta de demonstração de interesse no prosseguimento do feito – Aplicação do art. 485, III, do CPC - Extinção do feito sem resolução de mérito.

“Quando o autor abandona a causa por mais de trinta dias, por não praticar os atos que lhe competir, é de se extinguir o feito, sem resolução do mérito, nos termos do inciso III, do Art. 485, do CPC.”.

Vistos, etc.

CARLOS ANTONIO DA COSTA, devidamente qualificada nos autos, ingressou em Juízo com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT, igualmente qualificado.

Juntou documentos.

O processo teve seu trâmite normal.

Apesar de intimada a parte autora, pessoalmente (AR no ID 21995479), bem como por seu advogado para, em 05 (cinco) dias, dar prosseguimento ao feito, permaneceu inerte, como certificado no ID 21995479.

É o relatório do necessário. DECIDO.



Deixando a requerente de cumprir ato que lhe competia, abandonando a causa por mais de trinta dias, é de se extinguir o feito, mormente quando teria obrigação de atualizar seus dados junto ao feito, para que pudesse ser intimada pessoalmente, o que não ocorreu.

Por conseguinte, e tendo em vista o que mais dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, com arrimo no art. 485, III do CPC.

Transitada em julgado e cumpridas as formalidades legais, archive-se com a devida baixa.

P.I.R.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**

